

RELATO DE EXPERIÊNCIA IDENTIFICADO

A ESTRUTURA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DA DITADURA MILITAR E SEU IMPACTO SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

THE LEGAL-CONSTITUTIONAL STRUCTURE OF THE MILITARY DICTATORSHIP AND ITS IMPACT ON FUNDAMENTAL RIGHTS

Alysson de Aguiar Sousa¹, Andrey Carlos Silva Sousa²; Gustavo Nascimento Torres³,
Jamilly Lorrana Albuquerque Machado¹

1. Discentes do curso de Bacharelado em Direito - Afya
jamillylorranaalbuquerque3@gmail.com
2. Docente do curso de Bacharelado em Direito - Afya
3. Docente da Universidade Federal do Delta do Parnaíba

**Eixo Temático: Eixo 06 - Cultura, Comunicação e ODS: Estratégias e Desafios
Globais**

RESUMO

A experiência relatada decorre do desenvolvimento de um projeto de iniciação científica voltado à análise da estrutura jurídico-constitucional da Ditadura Militar brasileira e de seus impactos sobre os direitos fundamentais posteriormente ampliados e consolidados pela Constituição Federal de 1988. A atividade foi desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica da Afya Parnaíba, tendo como eixo central a comparação entre a Constituição de 1967 e a Constituição Federal de 1988, especialmente quanto à proteção das liberdades individuais, dos direitos sociais e dos mecanismos de participação política. A experiência envolveu levantamento bibliográfico e normativo, seleção de produções acadêmicas, leitura crítica de obras e artigos científicos e análise comparativa dos textos constitucionais e de documentos relacionados ao período autoritário. O processo possibilitou a compreensão de como a ordem jurídica pode ser utilizada tanto para limitar o poder estatal e proteger direitos quanto para conferir aparência de legalidade a práticas autoritárias. A vivência também favoreceu o desenvolvimento de habilidades relacionadas à pesquisa científica, à leitura jurídica, à análise crítica de fontes e à produção acadêmica. Conclui-se que a participação na iniciação científica contribuiu para o aprofundamento da compreensão acerca da relação entre Constituição, democracia e direitos fundamentais, além de possibilitar uma reflexão crítica sobre a importância da preservação da memória histórica e constitucional para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Constituição; Direitos Fundamentais; Ditadura Militar; Democracia.

ABSTRACT

The experience reported here derives from the development of a scientific initiation project focused on analyzing the legal-constitutional structure of the Brazilian Military Dictatorship

and its impacts on fundamental rights subsequently expanded and consolidated by the Federal Constitution of 1988. The activity was developed within the Institutional Scientific Initiation Program of Afya Parnaíba, with its central focus on comparing the 1967 Constitution and the 1988 Federal Constitution, particularly regarding the protection of individual freedoms, social rights, and mechanisms of political participation. The experience involved bibliographic and normative research, selection of academic publications, critical reading of books and scientific articles, and comparative analysis of constitutional texts and documents related to the authoritarian period. This process enabled an understanding of how the legal order can be used both to limit state power and protect rights and to provide an appearance of legality to authoritarian practices. The experience also contributed to the development of skills related to scientific research, legal reading, critical analysis of sources, and academic writing. It is concluded that participation in scientific initiation contributed to a deeper understanding of the relationship between the Constitution, democracy, and fundamental rights, while also enabling a critical reflection on the importance of preserving historical and constitutional memory for strengthening the Democratic Rule of Law.

Keywords: Constitution; Fundamental Rights; Military Dictatorship; Democracy.

INTRODUÇÃO

A Constituição ocupa posição central na organização do Estado e na proteção dos direitos fundamentais, funcionando, sob a perspectiva do constitucionalismo, como instrumento de limitação do poder estatal e de garantia das liberdades individuais.¹ Nesse sentido, a compreensão da trajetória constitucional brasileira permite identificar diferentes momentos de ampliação, restrição e transformação dos direitos fundamentais, especialmente quando considerados os distintos contextos políticos nos quais as Constituições foram elaboradas e aplicadas. A comparação entre a Constituição de 1967 e a Constituição Federal de 1988 permite observar, de maneira significativa, as diferenças entre uma ordem jurídica marcada pelo autoritarismo e aquela estabelecida no contexto de redemocratização brasileira.

Durante o regime militar instaurado em 1964, a existência formal de uma ordem constitucional não impediu a adoção de mecanismos jurídicos destinados à concentração do poder e à restrição das liberdades. A chamada legalidade autoritária foi estruturada mediante instrumentos normativos que contribuíram para o enfraquecimento das instituições de controle e para a limitação das garantias individuais.² Nesse contexto, direitos relacionados à participação política, à liberdade de expressão e à proteção contra abusos do poder estatal foram significativamente restringidos. Em contraposição, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu um novo paradigma constitucional, ampliando o catálogo de direitos fundamentais e fortalecendo mecanismos destinados à proteção da cidadania e à consolidação do Estado Democrático de Direito.

Diante disso, a participação no projeto de iniciação científica mostrou-se relevante não apenas para a compreensão histórica e jurídica do período, mas também para o desenvolvimento de uma postura crítica diante das relações entre Direito, poder político e democracia. A experiência teve como objetivo analisar o processo de desenvolvimento da pesquisa acerca da estrutura jurídico-constitucional da Ditadura Militar, especialmente por meio do levantamento bibliográfico e normativo e da comparação entre as Constituições de 1967 e 1988, refletindo sobre seus impactos na proteção dos direitos fundamentais.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A experiência foi desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Iniciação Científica da Afya Parnaíba, por meio do projeto intitulado “A estrutura Jurídico-Constitucional da Ditadura Militar e seu impacto sobre os Direitos Fundamentais posteriormente previstos na Constituição Federal de 1988”. O projeto possui período de execução previsto entre março de 2026 e março de 2027.

O desenvolvimento inicial da experiência concentrou-se na aproximação dos pesquisadores com o objeto de estudo e na organização das etapas necessárias à realização da pesquisa. Considerando a natureza bibliográfica e normativa do projeto, a primeira etapa envolveu o levantamento de materiais relacionados ao constitucionalismo, ao regime militar brasileiro, aos direitos fundamentais e ao processo de redemocratização. Foram estabelecidas como fontes de pesquisa bases acadêmicas como o Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da CAPES, além de outros repositórios especializados. A proposta metodológica também previu a utilização de livros, artigos científicos, documentos oficiais e textos normativos como fontes para a construção da análise.

A etapa de levantamento bibliográfico possibilitou o contato com diferentes perspectivas teóricas sobre o constitucionalismo e o Estado Democrático de Direito. Entre os autores utilizados como referência no projeto destacam-se Norberto Bobbio, Lenio Streck e Luís Roberto Barroso, cujas contribuições auxiliaram na compreensão da Constituição como instrumento de organização do Estado, limitação do poder e proteção dos direitos fundamentais. O contato com essas produções também favoreceu a compreensão de que a existência formal de uma Constituição não é suficiente para assegurar, por si só, a efetividade dos direitos, sendo necessária a existência de instituições e mecanismos capazes de garantir sua proteção.

Na sequência, a experiência envolveu a leitura e análise dos textos constitucionais relacionados ao objeto da pesquisa, com especial atenção à Constituição de 1967 e à

Constituição Federal de 1988. A comparação entre os documentos permitiu direcionar a análise para direitos e garantias como liberdade de expressão, participação política, habeas corpus, educação e saúde. No projeto, essa comparação constitui uma das principais estratégias para identificar continuidades e rupturas no tratamento dos direitos fundamentais entre os dois períodos históricos.

Durante o processo de estudo, também foi possível compreender a relevância dos Atos Institucionais para a estruturação jurídica do regime militar. A análise proposta pelo projeto evidencia que esses instrumentos contribuíram para a concentração do poder no Executivo, o enfraquecimento das instituições de controle e a limitação das liberdades civis.² A experiência de pesquisa, portanto, ultrapassou a simples leitura dos textos constitucionais, exigindo a contextualização histórica e política das normas analisadas para compreender a diferença entre a previsão formal de direitos e sua efetiva possibilidade de exercício.

Outro aspecto significativo da experiência foi o desenvolvimento da capacidade de seleção e avaliação crítica das fontes. A pesquisa bibliográfica exigiu a identificação de materiais relacionados diretamente ao problema investigado, a leitura de diferentes abordagens teóricas e a organização das informações relevantes para a comparação constitucional. Essa etapa contribuiu para o aprimoramento da leitura acadêmica e jurídica, especialmente no que se refere à identificação dos argumentos centrais dos autores e à relação entre fundamentação teórica e análise normativa.

As atividades também foram orientadas pela necessidade de transformar os resultados da pesquisa em produções acadêmicas. Conforme estabelecido no cronograma do projeto, estão previstas a elaboração de resumos simples relacionados às garantias fundamentais selecionadas, sua submissão a congresso e a apresentação do trabalho parcial na Jornada Internacional de 2026, além da produção de artigo científico. Essa perspectiva de divulgação científica contribuiu para compreender a pesquisa não apenas como uma atividade de estudo individual, mas como um processo destinado à produção e à socialização do conhecimento.

A experiência permitiu ainda perceber a relevância social da investigação: O projeto parte da preocupação com a disseminação de discursos que relativizam ou exaltam o período autoritário e considera que o conhecimento histórico e constitucional constitui ferramenta importante para o enfrentamento da desinformação. Assim, a análise dos direitos fundamentais durante o regime militar e sua posterior ampliação na Constituição de 1988 foi compreendida como uma possibilidade de contribuir para uma leitura mais crítica sobre a democracia brasileira e sobre a importância das garantias constitucionais.

CONCLUSÃO

A experiência de participação no projeto de iniciação científica possibilitou uma compreensão mais aprofundada da relação entre constitucionalismo, poder político e direitos fundamentais, especialmente a partir da comparação entre a Constituição de 1967 e a Constituição Federal de 1988. O desenvolvimento das atividades de levantamento bibliográfico, leitura de produções acadêmicas e análise normativa contribuiu para o aprimoramento das competências relacionadas à pesquisa científica, à interpretação jurídica e à análise crítica de fontes. Além disso, o contato com a estrutura jurídico-constitucional do período militar permitiu compreender a importância de analisar não apenas a existência formal de direitos, mas também as condições políticas e institucionais necessárias à sua efetivação.

A experiência também evidenciou a relevância da pesquisa científica para a preservação da memória constitucional e para o fortalecimento da cultura democrática e antiditatorial. A continuidade do projeto, especialmente mediante a elaboração e divulgação dos resultados obtidos sobre direitos e garantias fundamentais, poderá ampliar o alcance das reflexões produzidas e contribuir para a disseminação de conhecimentos jurídicos e históricos. Dessa forma, a iniciação científica mostrou-se uma experiência formativa capaz de articular conhecimento acadêmico, desenvolvimento de habilidades de pesquisa e reflexão crítica sobre a democracia e a proteção dos direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KOZICKI, Katya; CÂMARA, Heloisa; URTADO, Daniela. **Legalidade autoritária construída e desmontada: ditadura e redemocratização no Brasil através da metáfora do entulho autoritário**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 186, n. 499, 2025. DOI: 10.23927/revihgb.v.186.n.499.2025.234. Disponível em: <https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/234>. Acesso em: 25 ago. 2026. (2)
- OCAÑA-FERNÁNDEZ, Y.; FUSTER-GUILLÉN, D. **A revisão bibliográfica como metodologia de pesquisa**. Revista Tempos e Espaços em Educação, Caxias do Sul, v. 14, n. 33, e15614, 2021. DOI: 10.20952/revtee.v14i33.15614. Disponível em: <https://doi.org/10.20952/revtee.v14i33.15614>. Acesso em: 25 ago. 2026. (4)
- SGANZERLA, Rogério Barros. **De que lado a Constituição brasileira estava? Uma análise do rol de direitos e garantias fundamentais vigente durante o regime militar no Brasil (1964-1985)**. Revista de Direito Constitucional Internacional e Comparado, Juiz de

Fora, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em:
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/rdcic/article/view/24816>. Acesso em: 25 ago. 2026. (3)

STRECK, Lenio Luiz. **O que é isto – o constitucionalismo contemporâneo**. Revista do CEJUR/TJSC: Prestação Jurisdicional, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 27-41, 2014. DOI: 10.37497/revistacejur.v1i2.64. Disponível em:
<https://cejur.emnuvens.com.br/cejur/article/view/64>. Acesso em: 25 ago. 2026. (1)